



Exmo. Doutor Juiz de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, titular do(s) crédito(s) representando (s) pela(s) certidão(ões) da dívida ativa abaixo, vem propor EXECUÇÃO FISCAL com fundamento na Lei nº 6.830/80, em face de

POSTO DE MOLAS BOIADEIRO DE CAMPO GRANDE LTDA CNPJ: 04.858.840/0001-40

Natureza da Dívida: ISS **Orgão de Origem:** QUINTA DIVISAO DE FISCALIZACAO ISS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 10/208097/2016-00 **Data de Inscrição:** 05/10/2016

Nota de Débito: 14110500-467989/2016-00

Nota de lançamento 835 **Data Apuração:**

Devedor: POSTO DE MOLAS BOIADEIRO DE CAMPO GRANDE LTDA

Endereço: AVN BRASIL **Número:** 39935

Complemento: LOJ B **Bairro:** CAMPO GRANDE **Cep:** 23095-700

Fundamento Legal:

ARTIGO 44 DA LEI 691/84 ARTIGO 51, INCISO I, ITEM 1 E PARAGRAFO 8o DA LEI 691/84.

Observações:

Discriminação do Débito:

Data		
01/03/2012	ISS	3.091,34
02/04/2012	ISS	3.552,00
02/05/2012	ISS	3.094,06
01/06/2012	ISS	1.242,40
01/03/2012	MULTA PENAL	1.545,67
02/04/2012	MULTA PENAL	1.776,00
02/05/2012	MULTA PENAL	1.547,03
01/06/2012	MULTA PENAL	621,20

Valor débito consolidado: 36.856,58

Débito original sujeito à atualização monetária - Lei n. 3.145/2000 - e acréscimos moratórios previstos nos arts. 180/181 da lei n. 691/1984, na redação conferida pela Lei n. 2.549/1997.

Natureza da Dívida: ISS **Orgão de Origem:** QUINTA DIVISAO DE FISCALIZACAO ISS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 10/221593/2016-00 **Data de Inscrição:** 19/10/2016

Nota de Débito: 14110500-480749/2016-00

Nota de lançamento 784 **Data Apuração:**

Devedor: POSTO DE MOLAS BOIADEIRO DE CAMPO GRANDE LTDA

Endereço: AVN BRASIL **Número:** 39935

Complemento: LOJ B **Bairro:** CAMPO GRANDE **Cep:** 23095-700

Fundamento Legal:

ARTIGO 44 DA LEI 691/84 ARTIGO 51, INCISO I, ITEM 1 E PARAGRAFO 8o DA LEI 691/84.

Observações:

Discriminação do Débito:

Data		
02/05/2011	ISS	1.418,07
02/05/2011	MULTA PENAL	709,04

Valor débito consolidado: 5.430,23

Débito original sujeito à atualização monetária - Lei n. 3.145/2000 - e acréscimos moratórios previstos nos arts. 180/181 da lei n. 691/1984, na redação conferida pela Lei n. 2.549/1997.

Requer o Município a CITAÇÃO POR CARTA do devedor, para pagar a dívida integral em 5 (cinco) dias ou garantir o juízo, bem como a fixação da verba honorária em 20 % sobre o montante da execução apurado ao final.

Requer ainda, e sendo o caso, sejam observadas as regras do art. 40, da LEF, caso não seja localizado o executado ou encontrados bens penhoráveis, e do art. 25, da LEF, sempre que houver necessidade de intimar-se a Fazenda Pública.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa

Valor da causa na presente data (R\$) 42.286,81

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2017

Procurador do Município
Matrícula 11/176.131-1
OAB RJ nº 79.430